



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº: 5446/2025

PROJETO INDICATIVO Nº: 152/2025

AUTORIA: Andrea Duarte.

EMENTA: INSTITUI A CAMPANHA MUNICIPAL PERMANENTE DE PREVENÇÃO À EROTIZAÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SERRA/ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto Indicativo nº 152/2025, de autoria da Nobre Vereadora Andrea Duarte, protocolado em 13 de agosto de 2025. A proposição objetiva sugerir ao Poder Executivo a instituição da "Campanha Municipal Permanente de Prevenção à Erotização Precoce de Crianças e Adolescentes no Município de Serra/ES".

A matéria foi lida no Expediente da Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2025 e encaminhada a esta Comissão em 30 de setembro de 2025, para análise de sua admissibilidade.





O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas até o presente momento.

Esta Comissão analisou a proposição sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, conforme competência definida no Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

A matéria referente à proteção da infância e adolescência insere-se na competência legislativa do Município para tratar de "interesse local" e "suplementar a legislação federal", conforme o Art. 30, I e II, da Lei Orgânica Municipal (LOM).

Contudo, a proposição não cria uma lei diretamente, mas sugere uma ação administrativa. A instituição de campanhas permanentes, envolvendo a





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

organização e funcionamento de serviços públicos, é matéria de gestão e, portanto, de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme o Art. 143, parágrafo único, da LOM.

Verifica-se que a autora utilizou o instrumento jurídico correto. O Projeto Indicativo, previsto no Art. 136 do Regimento Interno, é a "recomendação da Câmara Municipal da Serra ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência".

Dessa forma, por se tratar de sugestão legislativa em matéria de competência do Executivo, a proposição é constitucional e legal.

2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

A Procuradoria atestou o cumprimento das diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

Esta Comissão verifica que a proposição cumpre o disposto no Art. 136, Parágrafo único, do Regimento Interno, que determina que os Projetos Indicativos "terão a forma de Minuta de Projeto de Lei".

A minuta apresenta articulação clara de seus dispositivos (Art. 1º ao Art. 5º) e utiliza linguagem com precisão, em conformidade com o Art. 11 da Lei Complementar nº 95/98.

Não foram identificados vícios de técnica legislativa que necessitem de Emenda de Redação.

III. VOTO DA COMISSÃO





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto Indicativo nº 152/2025.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto Indicativo nº 152/2025.

Sala de Reuniões, 07 de novembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

